



São Paulo Urbanismo

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OP. URB. CONSORCIADA ÁGUA ESPRAIADA
REALIZADA EM 16/12/2010 – 15:00 HORAS
RUA LÍBERO BADARÓ 504 / AUDITÓRIO DO 26º ANDAR / EDIFÍCIO MARTINELLI

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SÃO PAULO URBANISMO

RUBENS CHAMMAS – Coordenador do Grupo Gestor - representante titular

2. SMT – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

TÁCITO PIO DA SILVEIRA – representante suplente

3. SP/JA – SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

RUI ROBERTO LEMOS DE ALMEIDA - representante titular

4. SP/SA – SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

DOUGLAS MARNEI RAGGI GAMERO - representante titular

5. APEOP – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

ANTONIO MARCOS DÓRIA - representante titular

6. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

CIBELE MARTINS SAMPAIO - representante suplente

7. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

GERÔNICO HENRIQUE NETO - representante titular

8. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

JOSÉ GERALDO MARTINS DE OLIVEIRA – representante suplente

9. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ELISABETE FRANÇA – representante titular

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

DOMINGOS PIRES DE O. DIAS NETO – Diretor de Desenvolvimento e Gestão / DDG – SP URBANISMO

ANTONIO CARLOS CINTRA A. FILHO – Chefe de Gabinete – SP URBANISMO

VLADIMIR AVILA – Gerente de Operações Urbanas DDG/GOU – SP URBANISMO

ROSA MARIA MIRALDO – Assessoria - DDG – SP URBANISMO

LUCIANA COSTA – Secretaria Executiva – DDG/GOU – SP URBANISMO

PEDRO PEREIRA EVANGELISTA – Diretor de Desenvolvimento e Projetos – SP OBRAS

LUIZ CARLOS LUSTRE – Gerente de Projetos – SP OBRAS

CARLOS HENRIQUE T. GARBUIO – SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA URB. E OBRAS

VERA REGINA N. DE SÁ – SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS – DESAP

HORÁCIO G. CALLIGARIS – SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECON. E DO TRABALHO

MARILISA FERNANDES - CIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO – CDHU

RICARDO FIGUEIREDO DO NASCIMENTO – CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

EPAMINONDAS DUARTE JR - CIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

FERNANDO KERTZMAN – GEOTEC CONSULTORIA AMBIENTAL

Em 17 de Dezembro de 2010, no auditório do 26º andar do Edifício Martinelli, às 15h35min, após verificação de quórum regimental, o Coordenador do Grupo de Gestão, Sr. Rubens Chammas, deu início a 21ª reunião ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, cumprimentando a todos e realizando a leitura da pauta do dia.

1. Expediente

Colocadas em votação as Atas da 19ª e 20ª reuniões, o representante da União dos Movimentos de Moradia Sr. Gerônimo ressaltou que não havia sido incluída, conforme sua solicitação, cópia da carta lida pelos moradores do Jardim Edith na 19ª reunião e que dizia respeito a sua pessoa. Solicitou fornecimento, por parte da coordenação do grupo gestor, da gravação da reunião.

O arquiteto Vladimir Àvila da equipe de coordenação esclareceu que embora tenha sido solicitado aos moradores do Jardim Edith o fornecimento de cópia da carta, o autor não autorizou sua divulgação na ata de reunião. Esclareceu ainda que as reuniões não são gravadas e que, portanto, não poderia ser fornecida gravação.

O coordenador Rubens Chammas colocou em votação as duas atas, mantendo o destaque feito pelo representante da União dos Movimentos de Moradia.

A ata da 19ª reunião foi aprovada por unanimidade e a Ata da 20ª reunião foi aprovada com um voto contrário do representante da União dos movimentos de Moradia.

Respondendo ainda ao protesto feito pelo representante da União dos Movimentos de Moradia quanto ao impedimento do acesso ao recinto da reunião de seus convidados, o coordenador Rubens Chammas esclareceu que o auditório do 26º andar do prédio Martinelli possui 50 lugares e que por restrições do Condomínio e do Corpo de Bombeiros esse número de pessoas não pode ser ultrapassado. Esclareceu ainda que as reuniões do Grupo Gestor são reuniões de trabalho e não audiências públicas e que por liberalidade da coordenação tem sido permitida a participação da comunidade, mas que é indispensável respeitar-se as disposições relativas ao uso do espaço já que o prédio não é exclusivamente público.

2. Ordem do Dia

2.1. Apresentação Aspectos financeiros da Operação Urbana

A assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Rosa Maria Miraldo deu início à ordem do dia fazendo a apresentação da atualização dos aspectos financeiros, ressaltando que todas as informações contidas na apresentação são publicadas e atualizadas periodicamente no site da SP-Urbanismo, assim como a própria apresentação estará disponível.

A 4ª distribuição de CEPAC(s) ocorreu em outubro de 2008 e teve validade de dois anos. O último leilão (7º leilão da 4ª distribuição) foi realizado em 31/08/2010; nele foram ofertados 439.075 títulos e colocados 336.914 títulos pelo valor de R\$ 750,00 cada, arrecadando um total de R\$ 252.685.500,00.

O total de entradas é da Ordem de R\$ R\$ 1.292533.748,64 e as despesas com obras e serviços = R\$ 344.482.202,30; desapropriações = R\$ 13.932.823,40; desapropriações com HIS = R\$ 22.582.361,74, HIS = R\$ 45.000.000,00 (repassados à SEHAB) e Transporte Coletivo = R\$ 334.500.000,00 (repassados ao METRÔ – Convênio), além das taxas de administração e despesas bancárias.

2.2. Informes sobre as intervenções em andamento

Passando a relatar sobre o andamento dos projetos e obras de construção das unidades de habitação de interesse social a Assessora da Diretoria de Projetos e Intervenções Urbanas Rosa Miraldo, destacou a presença da Senhora Superintendente de SEHAB/HABI, Elisabete França, e do Engº Luis Fernando Fachini passando a palavra a eles para que pudessem discorrer sobre o andamento dos projetos e obras.

2.2.1 – Habitação de Interesse Social

Foram apresentadas imagens dos terrenos e dos seus respectivos projetos onde serão implantadas as unidades habitacionais.

Existem quatro áreas onde serão realizados os investimentos e a situação de cada uma é a seguinte:

Jardim Edith: Licitação de projeto executivo e obras encerrada. Contrato assinado com o Consórcio vencedor (Blokos/Kalas) tem prazo de 18 meses e valor = R\$ 43.321.225,13. Ordem de início em 01/12/2010. O projeto contempla 3 torres com 15 andares cada uma, 4 apartamentos por andares, mais dois blocos de 4 pavimentos, UBS, Creche, Restaurante – Escola.

Rua das Corruíras: Licitação de projeto executivo e obras encerrada. Contrato assinado com o Consórcio vencedor (Flasa/Cei) tem prazo de 18 meses e valor = R\$ 34.143.259,40. Ordem de início em 01/12/2010. O objetivo é implantar 241 unidades habitacionais, sendo duas torres com frente para Rua Corruíras, aproveitando o desnível do terreno.

Av. Washington Luis: Licitação de projeto executivo e obras encerrada. Contrato assinado com o Consórcio vencedor (Etama/ Andrade Valadares) tem prazo de 24 meses e valor = R\$ 44.496.644,09. Ordem de início em 01/12/2010. O objetivo é implantar 200 unidades habitacionais.

Rua Estevão Baião: A licitação dos empreendimentos deste conjunto é a mesma do empreendimento da Av. Washington Luiz; portanto são as mesmas informações acerca do consórcio vencedor, contrato, prazos e custo. O objetivo é implantar 120 unidades habitacionais neste empreendimento.

Retomando a palavra a Assessora Rosa informou que além das unidades de HIS mencionadas acima, está em andamento o trabalho de pesquisa e levantamento de novos terrenos para futura desapropriação e construção de unidades habitacionais.

Passou então a palavra à Arq. Mariliza Fernandes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU para discorrer sobre o Termo de Cooperação assinado entre a Prefeitura e a CDHU para a produção de unidades de habitação de interesse social complementares para atendimento das famílias atingidas pelas obras de prolongamento da Av. Jorn. Roberto Marinho, a Via Parque.

A Arq. Mariliza informou que existem no âmbito da CDHU 5 projetos em andamento no setor Jabaquara, com início de obras previsto para meados de 2011, totalizando 462 unidades de 2 ou 3 dormitórios, com tipologia vertical sem elevador. Estão previstas também 420 unidades em fase de projeto visando licitação em 2011. Estas últimas são unidades com 2 ou 3 dormitórios, 13 pavimentos com elevador no bairro do Sacomã. Serão disponibilizadas ainda mais 800 cartas de crédito cujo valor varia de 70 a 100 mil reais, destinadas a famílias cuja faixa de renda vai de 1 a 3 salários mínimos. Dependendo da faixa de rendimento das famílias a prestação a ser paga pelo financiamento inicia-se em R\$76,50. Parte do financiamento será subsidiado pelo governo do Estado a fundo perdido.

Na seqüência foi aberta a palavra aos representantes presentes:

O Representante da APEOP, Marcos Dória mencionou sua preocupação com a tipologia verticalizada e com elevador proposta para o Jardim Edith; ressaltou ainda que como os terrenos são do DER, a Prefeitura não poderá conceder a titularidade dos imóveis sem que os terrenos sejam transferidos e que isso depende de

autorização da Assembléia Legislativa. Identificou os riscos de construir 15 andares, pois sem a devida manutenção os edifícios se tornariam uma marca negativa à imagem da Operação Urbana e da própria Prefeitura. Questionou porque não se utilizou o mesmo critério nos demais projetos apresentados.

A representante do Movimento Defesa São Paulo, Sra Cibele alertou que os valores repassados à SEHAB para a construção de HIS não conferem, pois apenas o Jardim Edith ficou com 45 milhões e não poderá haver aporte de dinheiro externo para complementar. A deliberação sobre a aplicação de mais recursos deve obrigatoriamente ser aprovada pelo Grupo Gestor. Questionou sobre a forma de gerenciamento a ser adotado nos condomínios e como serão tratados os casos de inadimplência.

O representante da União dos Movimentos de Moradia Sr. Gerônimo questionou por que os recursos destinados a aluguel social no Jardim Edith estão sendo pagos com recursos do Tesouro e não com recursos do Fundo da Operação Urbana. Questionou ainda qual é o valor da unidade habitacional no Jardim Edith já que o valor mencionado na placa de obra difere dos valores publicados no site. Mencionou que os projetos anteriormente apresentados tinham número de pavimentos diferentes do apresentado por SEHAB. Com relação ao cadastro de moradores questionou que, segundo sua avaliação, há de 10 a 12 mil famílias a serem removidas da área da Via Parque e já que a CDHU está produzindo unidades fora do perímetro da operação urbana, qual será o critério de re-assentamento das famílias.

Tomando a palavra a representante de SEHAB/HABI, Sra Elizabete França, em resposta ao questionamento feito pelo representante da APEOP informou que nos projetos dos edifícios com elevador estão sendo especificados elevadores de alto desempenho, com baixo índice de manutenção. Todos os condomínios terão dirigentes preparados pelo SECOVI e serão contratados administradoras de condomínio para que a gestão seja competente. Além disso, a SEHAB acompanhará por quatro anos a adaptação das famílias à vida em condomínio. Há uma equipe de SEHAB que faz esse tipo de acompanhamento, além de um convênio com a "UMAPAZ".

Os proprietários, além da posse, terão a propriedade definitiva das unidades, uma vez que estão sendo tomadas todas as providências relacionadas à aprovação legislativa para transferência dos terrenos para a Prefeitura. No que se refere aos 15 pavimentos previstos para o Jardim Edith, esclareceu a necessidade de verticalização uma vez que além da indisponibilidade de outros terrenos, no caso do Jardim Edith a CET exigiu uma faixa de adequação ao sistema viário que diminuiu ainda mais o terreno. A não utilização de elevadores nos demais projetos atendeu a critérios de aproveitamento dos terrenos previstos no Plano Diretor Municipal assim como as características dos terrenos. Na Rua Corruínas a declividade do terreno possibilitou a implantação de edifício de 8 pavimentos sem elevador, com acessos por duas ruas de forma que quem acessa o edifício no nível mais baixo do terreno suba no máximo 4 andares o que acontece também com quem acessa o terreno pelo nível mais elevado.

O representante da SMDU, Sr. José Geraldo acrescentou à fala da representante da SEHAB que adotar tipologias de HIS com elevadores visando permitir que a população de baixa renda more em terrenos de maior preço, mais próximos do centro é uma decisão inadiável. Em outros locais da cidade já foi adotado esse partido como na região da Nova Luz e que a experiência tem demonstrado que as unidades produzidas pela COHAB para populações de maior renda costumam dar mais problemas de condomínio do que as para HIS.

Em resposta ao questionamento feito pela representante do Movimento Defenda São Paulo, o coordenador Rubens Chammas informou que o repasse de recursos à SEHAB foi realizado com base em estimativas que poderão ser complementadas pelo orçamento municipal a qualquer tempo, já que os recursos do Tesouro podem ser aplicados em qualquer local da cidade, inclusive áreas de operações urbanas; já os recursos das operações urbanas serão aplicados exclusivamente dentro do perímetro da operação atendendo ao programa de obras da lei e priorização do Conselho Gestor. Frisou ainda que, até o momento, o total de recursos destinados à HIS é da ordem de 116 milhões contabilizados na soma do repasse à SEHAB, já efetuado – R\$45mi, parte já desembolsada em pagamentos de indenizações com desapropriação – R\$22,5mi, e parte reservada em conta SP Urbanismo – R\$48,5mi.

Em resposta ao questionamento feito pelo representante da União dos Movimentos de Moradia a representante da SEHAB, Sra. Elizabete França, esclareceu que todas as famílias instaladas em área de risco no município de São Paulo estão sendo atendidas pela mesma rubrica do orçamento que define as regras do aluguel social. Se o aluguel social das famílias do jardim Edith fosse atendido pela Operação Urbana Água Espreada isso criaria uma diferenciação dentro do programa para atender a mesma necessidade e isso não faz sentido. Esclareceu que o cadastramento social dos moradores feito pela equipe de HABI levantou 8500 famílias que serão atingidas pelas obras e atendidas no programa. O cadastro está finalizado e será oportunamente publicado na internet com os nomes e CPFs de cada responsável por domicílio. Informou que já se dispõe dos terrenos e que há equipes de arquitetos contratadas para produzir 4000 unidades além daquelas a serem oferecidas pela CDHU. O preço de venda das unidades é deliberação do Conselho Municipal da Habitação e negociada caso a caso em função do perfil de renda que já foi levantado no cadastramento. As regras de remoção e re-assentamento das famílias serão estabelecidas pelo Fórum de moradores que já vem se reunindo há vários meses. Não será a Prefeitura que decidirá os critérios de assentamento. Quanto a CDHU estar produzindo unidades fora do perímetro da Operação Urbana, ressaltou que os bairros de Ipiranga, Sacomã e Jabaquara localizam-se nas proximidades e serão opções a serem avaliadas pelas famílias, assim como as cartas de crédito oferecidas pela CDHU.

Aberta a manifestação à platéia, Sr. Aureo, representante dos moradores do Jardim Edith manifestou o descontentamento da comunidade, pois segundo relatam, em reunião realizada com o Vereador Goulart foi-lhes oferecida a possibilidade de desapropriação de seus imóveis (toda a quadra) e não apenas parcialmente para construção do restaurante-escola.

O Sr. Marcos manifestou seu descontentamento em relação as pessoas que não tiveram acesso ao auditório e solicitou uma cadeira de representação da comunidade do Jabaquara no Conselho Gestor, acrescentou que não existe imóvel com valor de R\$70 mil na região e que deve prevalecer o critério de re-locação de todas as famílias atingidas no perímetro da Operação Urbana, pois é isso que determina a Lei.

A sra Andréia solicitou a cadeira de representação para a UMES, uma vez que o representante da Associação dos Moradores de favela não tem comparecido, além de não ser representativo da comunidade.

Em reposta aos questionamentos feitos pela platéia, o coordenador Rubens Chammas esclareceu que a composição do Conselho Gestor está prevista na lei e é paritária entre a sociedade civil e as secretarias e órgãos municipais e que a inclusão de novos representantes depende de mudança da lei. Quanto aos valores da carta de crédito da CDHU, informou que os recursos são do CDHU, assim como os critérios de concessão. Quanto à substituição de representantes do Conselho Gestor cabe à entidade representada formalizar o pedido de substituição para que seja editada portaria de nomeação, de acordo com o determinado na lei.

Na seqüência a assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Rosa Miraldo deu início à apresentação do terceiro item, Intervenções Viárias, Informando que foi reeditado, com a mesma configuração e limites previstos no anterior decreto 44.574/2004, novo Decreto de Utilidade Pública – DUP 51.856/2010 - que delimita as áreas a serem desapropriadas ao longo da Avenida Jornalista Roberto Marinho para implantação das vias locais no Brooklin; passou então a palavra ao Eng. Luiz Carlos Lustre da SP-OBRA, responsável pela gestão dos contratos de projetos e das obras contratadas.

2.2.2 Intervenções viárias

Estão em andamento as seguintes ações:

Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho – Projetos

Projeto Executivo Via Parque/ Projeto Básico Vias Locais Brooklin/ 4.000 HIS

Licitação Concluída – Vencedor: Consórcio Themag/Cobrape/Geotec/Paulo Bastos

Valor do Contrato: R\$ 21.881.062,72 - contrato assinado em 18/10/2010

Ordem de início: 08/11/2010 – prazo: 18 meses

Projeto Executivo Túnel

Licitação Concluída – Vencedor: Consórcio Planserv/ Themag/ Engevix

Valor do Contrato: R\$ 35.217.437,56 - contrato assinado em 22/01/2010

Ordem de início: 01/02/2010 – prazo: 24 meses

Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho – Obras

Execução da Via Parque/ 4.000HIS/ Túnel

(licitados em 4 lotes)

Lote 1

Vencedor: Consórcio OAS/ Cetenco
Orçamento estimativo: R\$ 506.615.416,98
Situação atual: Não homologado

Lote 2

Vencedor: Consórcio Via Roma-Odebrecht/ Constran
Orçamento estimativo: R\$ 512.174.684,73
Situação atual: Não homologado

Lote 3

Em licitação
Orçamento estimativo: R\$ 538.032.811,06

Lote 4

Em licitação
Orçamento estimativo: R\$ 458.603.908,63

Prolongamento da Av. Chucri Zaidan e Ponte Burle Marx – Projeto

Edital para licitação do Projeto Executivo em preparação.

Prolongamento da Av. Chucri Zaidan e Ponte Burle Marx – Obras

Vencedor: Consórcio Panamby-Construbase/ S.A. Paulista
Orçamento estimativo: R\$ 325.740.062,34
Situação atual: Não homologado

2.2.3 Áreas Verdes

O Parque Chuvisco deverá ser implantado numa área aproximada de 50.000 m² de terreno. Atualmente o projeto executivo elaborado pela empresa HISA Engenharia Ltda, cujo custo é de R\$ 669.379,22, está concluído e em fase de análise técnica.

Aberta a palavra aos conselheiros presentes, manifestou-se a representante do Movimento Defesa São Paulo, Sra Cibele ressaltando a urgência na implantação das vias locais da Av. Roberto Marinho e do parque Chuvisco, primeira área verde a ser implantada pela Operação Urbana Consorciada Água Espreada.

O representante da APEOP, Sr. Marcos Doria questionou se o projeto das vias locais respeitará o traçado previsto na Lei 13.260/01 e qual será prazo de execução do projeto.

Em resposta aos questionamentos dos conselheiros a Assessora da Diretoria de Desenvolvimento Rosa Miraldo esclareceu que o mapeamento contendo a linha demarcatória do melhoramento e as propostas de operação urbana que já foram aprovadas nos terrenos lindeiros à Av. Jornalista Roberto Marinho já foi encaminhado à projetista, e que além disso, conforme já mencionado, foi re-editado o decreto de utilidade pública ratificando o traçado previsto no decreto anterior.

O engenheiro Luiz Carlos Lustre da SPOBRAS acrescentou que o projeto básico das vias locais deverá estar concluído em 18 meses.

Aberta a palavra para a platéia, o Sr. José Orlando, morador do Jardim Aeroporto, questionou a modificação do projeto da via parque, salientando que não há previsão legal para a construção do túnel. Salientou que existia reserva de área para implantação das vias locais, mas que permitiu-se a construção e agora essas construções deverão ser desapropriadas. Questionou por que motivo os túneis não são executados junto às vias, pois o valor das desapropriações não foi considerado. Mencionou que houve questionamento do TCM sobre diversos itens da licitação. Informou que já foram gastos perto de 80 milhões e nada foi concretizado ainda. Questionou ainda se o Grupo Gestor aprovou a despesa de 35 milhões para construção de túnel de 400m ou de 2,5km conforme proposto.

Outro morador da região que não se identificou acrescentou que na audiência pública para aprovação da LAP do EIA-RIMA foi apresentada como proposta a construção de túnel do lado direito com 3.850m de extensão e não a presente proposta.

O Arq. Horácio Galvanese, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho levantou questão sobre a disponibilidade de recursos. Informou que quando a operação urbana foi concebida foram consideradas apenas as obras previstas na lei, posteriormente a licença ambiental previu novas obras. Externou sua preocupação de como o Grupo Gestor vai estabelecer prioridades, sabendo que parte das obras não será coberta pelos recursos oriundos dos CEPACs. Entende que a melhor forma de solucionar essa questão é estabelecer claramente os recursos que serão utilizados e de que forma, para que os CEPACs mantenham a credibilidade e transparência que o mercado exige.

O Sr. Marcos morador da região acrescentou que a lei aprovada em 2001 continha em seu plano de obras a avenida em superfície e túnel de 400m e que segundo o arquiteto Paulo Bastos não deveria ser alterado. A SVMA informou que os solos dos dois lados do rio são iguais, portanto não cabe a argumentação técnica de que os solos são melhores do lado esquerdo; além disso foi preparado o EIA-RIMA mostrando um túnel de 3.850,00m do lado direito da via parque e o novo projeto refere-se a túnel de 2.800m do lado direito. Questiona também a prioridade que foi dada a HIS; questiona o traçado do túnel cujo orçamento subiu de 1 para 4 bilhões de reais e para cuja construção estão desapropriando áreas consolidadas, já que os túneis estão passando entre 8 blocos de apartamentos.

D. Berta, representando a comunidade da Vila Cordeiro ressalta que seu bairro vem sofrendo todos os tipos de impactos negativos e que nenhum recurso arrecadado foi a ele destinado. Questiona sobre o parque que foi prometido para a região e ainda não implantado.

Em resposta aos questionamentos da comunidade o coordenador, do Grupo Gestor esclarece que a SP Urbanismo e a SP Obras assim como as Secretarias e órgãos envolvidos estão disponíveis pra dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao projeto. Ressaltou que os representantes da sociedade civil no Grupo Gestor podem propor

modificações à lei; salientou ainda que se tratam de questões técnico-jurídicas que podem ser melhor esclarecidas em consultas às Secretarias e Órgãos competentes.

Tomando a palavra o Eng. Lustre da SP-Obras acrescentou que já foi encaminhado projeto de lei visando a alteração do traçado para contemplar as modificações propostas no presente projeto. Acrescentou que o projeto em discussão tem por objetivo primordial agregar benefícios urbanísticos à região, minimizando os impactos. Esclareceu que, se mantidas as pistas expressas da via parque em nível, de acordo com o projeto inicial, haveria diversos conflitos de travessias sem contar a maior poluição. Acrescentou que a localização do túnel levou em consideração o menor trajeto, portanto mais econômico. Ressaltou que tanto a SP Urbanismo/ SP Obras quanto a DERSA têm experiência e competência na construção de túneis e que a escolha do terreno foi determinada pelas possibilidades geotécnicas do mesmo. Quanto à diferença de orçamentos esclareceu que para nenhuma das obras previstas na lei havia orçamento detalhado com o qual se pudesse estabelecer um comparativo. As desapropriações previstas no perímetro da Via Parque são de 908 imóveis, conforme previsto no primeiro projeto; com relação ao túnel, no emboque da Rua Lino de Moraes Leme são previstas 272 desapropriações, no emboque da Rodovia dos Imigrantes, 115 e nos dois poços de ventilação do túnel, 32 imóveis. Os imóveis expropriados estarão sendo oportunamente publicados para conhecimento de todos.

Dando seqüência a reunião a Assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Rosa Miraldo passou ao item seguinte: Transporte coletivo, apresentando os Engenheiros Ricardo Figueiredo e Epaminondas Duarte Jr. da Cia do Metrô, convidando-os a apresentar o andamento da implantação da linha 17 Ouro – Monotrilho.

2.2.4 – Transporte Coletivo

O Engenheiro Epaminondas Duarte iniciou sua exposição salientando que a implantação da linha 17- Ouro está totalmente integrada à Lei Operação Urbana Consorciada Água Espreada, assim como ao projeto da Via Parque. Acrescentou que a terceira audiência pública para aprovação da LAP será realizada no dia 18/12. Esclareceu que a apresentação trazida por ele contempla desde a estação Jabaquara até Panambi e que os 23 km dessa linha possibilitarão aos moradores acesso a todo o sistema de trens e metrô da cidade, pagando uma única tarifa. Esclareceu que a rede metroviária passa por processo de expansão em médio prazo (5 a 7 anos) e que em especial as linhas vermelha e Azul estão passando por reformulação do sistema operacional, uma vez que o sistema em operação é de 1968 e necessita de reformulações. No caso da linha 17 o sistema projetado é de última geração e atenderá a todos os requisitos de operacionalidade e segurança. A linha 17 inicia-se na estação Jabaquara e tem ramal para o Aeroporto de Congonhas, passa pelo eixo da avenida Roberto Marinho, seguindo em direção ao Panambi, cruza uma área não edificada ao lado do Cemitério do Morumbi e encontra a Avenida Perimetral. Da estação Jabaquara o traçado segue pelo pátio do terreno do Metro e toma o eixo da Via Parque; segue a avenida Roberto Marinho por seu eixo até a Ponte Estaiada, passando sob seu tramo principal. A linha 17 fará integração com a linha 4, linha 9 da CPTM com a linha 5 e com a linha 1. O estudo de demanda determinou um carregamento de 230.000 usuários /dia para o ano de 2012 quando o sistema estará

operando. Em 2025/2030 chegar-se-á a 450.000 passageiros/dia. O sistema terá a mesma qualidade do Metrô mas com características diferenciadas e por esse motivo foi escolhido o modal monotrilho devido a baixíssima emissão de ruídos e de poluição. Por não ocupar o leito viário o numero de desapropriações será reduzido e não haverá barreiras físicas. O Metrô se compromete a mitigar todos os impactos tanto para o licenciamento ambiental quanto os originados das exigências da população. Sobre o piscinão existente no córrego Água Espaiadas haverá um pátio de estacionamento e oficinas que não interferirá no funcionamento e manutenção desse equipamento. No Aeroporto de Congonhas será realizada a transferência subterrânea de passageiros. As possíveis interfaces geradas pela implantação da linha com equipamentos públicos, sistema viário equipamentos e HIS estão sendo tratadas com a Prefeitura de forma a serem solucionadas da melhor forma possível. Nos viadutos será sempre respeitado o gabarito rodoviário, estando a viga de sustentação em seu ponto mais alto a 15,00m de altura. A altura media na maior parte do trajeto será de 10,00m

Aberta a palavra aos Conselheiros presentes, o representante da União dos Movimentos de Moradia Sr. Gerônimo ressaltou que em duas audiências públicas para obtenção da LAP o projeto não foi aprovado, manifestou seu repúdio à poluição visual que a implantação do monotrilho trará toda região.

Em resposta ao questionamento do representante da União dos Movimentos de Moradia o engenheiro Epaminondas ressaltou que quando o Metrô foi inaugurado na década de 70 houve rejeição e muitas pessoas diziam que jamais utilizariam o sistema, mas o tempo consolidou o Metrô como meio de transporte rápido e eficiente e que o Metrô é sempre bem avaliado pelos usuários. Quanto à poluição visual esclareceu que as estruturas são leves, não produzem sombra e permitirão a implantação de projeto paisagístico de qualidade. As estações previstas, da mesma forma são modernas, e deverão agregar qualidade ao espaço urbano.

Partindo para o encerramento da reunião a Assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Rosa Miraldo agradece a presença de todos e destaca a presença dos Técnicos da Cia do Metrô, da Assessoria Jurídica de DESAP, da GEOTEC.

A apresentação em PowerPoint dos tópicos desta reunião é parte integrante desta ata.

OBS.: Após o encerramento da reunião foi entregue por representante dos moradores do Jardim Aeroporto abaixo assinado pelos moradores solicitando o retorno ao projeto inicial.